ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020/2022

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: ES000117/2021
DATA DE REGISTRO NO MTE: 08/04/2021
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR023715/2020
NÚMERO DO PROCESSO: 14021.136733/2021-81
DATA DO PROTOCOLO: 29/03/2021

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS PETROLEIROS DO ESPIRITO SANTO, CNPJ n. 31.787.989/0001-59, neste ato representado(a) por seu ;

E

IMPACTUS ENGENHARIA, CONSULTORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ n. 19.881.989/0001-18, neste ato representado(a) por seu ;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de abril de 2020 a 31 de março de 2022 e a data-base da categoria em 01º de abril.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados da Empresa Impaktus Engenharia e Consultoria na Indústria de Exploração, Perfuração, Extração e Produção de Petróleo, em todo estado do Espírito Santo, além de estender-se, com abrangência territorial em Conceição da Barra/ES, Jaguaré/ES, Linhares/ES e São Mateus/ES.**

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

A empresa adotará a partir de 01 de fevereiro de 2020, o piso salarial de R\$ 1.600,00 (hum mil e seiscentos reais) para todos os trabalhadores do contrato.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS**CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

A empresa reajustará os salários de seus empregados a partir de 11 de fevereiro de 2021 de acordo com reajuste entre Impaktus e sua tomadora.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS**CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

A empresa se compromete a pagar os salários de todos os empregados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, mediante depósito em conta bancária.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO

CLÁUSULA SEXTA - 13º SALÁRIO

A Empresa antecipará, desde que solicitado, conforme a lei, por ocasião das férias, adiantamento de 50% (cinquenta por cento) do 13º (décimo terceiro) salário baseado no salário do mês vigente, podendo efetuar o desconto do valor nominal na época do pagamento previsto em lei.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA SÉTIMA - ADICIONAL NOTURNO

A hora noturna será computada com duração de 52 minutos e 30 segundos e será considerado trabalho noturno aquele realizado entre às 22h (vinte e duas horas) de um dia e às 5h (cinco horas) do dia seguinte, cuja remuneração será feita com o acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da hora normal trabalhada.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA OITAVA - INSALUBRIDADE

Para os trabalhadores que trabalham em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, fica assegurada a percepção de adicional de 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento), do salário mínimo, segundo se classificarem em grau mínimo, médio e máximo, conforme art. 192 da CLT.

Parágrafo Primeiro: A caracterização e a classificação da insalubridade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de laudo elaborado por médico do trabalho ou engenheiro do trabalho, da empresa ou conveniados, devidamente registrados no Ministério do Trabalho.

Parágrafo Segundo: A eliminação do risco a saúde ou integridade física do trabalhador, inclusive decorrente do fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) ou coletivo aprovados pelo órgão competente, exclui o pagamento do respectivo adicional de insalubridade.

Parágrafo Terceiro: O adicional de insalubridade é estipulado para remunerar um mês, nele já incluídos os repousos.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

CLÁUSULA NONA - PERICULOSIDADE

Fica assegurado aos trabalhadores que atuarem em áreas definidas como perigosas, o pagamento do adicional correspondente a 30% (trinta por cento) do seu salário nominal, de acordo com o parágrafo primeiro do art. 193 da CLT.

ADICIONAL DE SOBREAVISO

CLÁUSULA DÉCIMA - SOBREAVISO

Fica assegurado aos trabalhadores que atuarem em regime de sobreaviso, o adicional de 20% sobre o salário base, conforme definido na LEI Nº 5.811, de 11/10/1972.

OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - HORA DE REPOUSO E ALIMENTAÇÃO

Para garantir a normalidade das operações ou para atender os imperativos de segurança industrial, poderá ser exigido, mediante o pagamento previsto na LEI Nº 5.811, de 11/10/1972, a disponibilidade do empregado no local de trabalho ou nas suas proximidades, durante o intervalo destinado a repouso e alimentação.

Fica assegurado aos trabalhadores que atuarem em regime de escalas conforme definido no parágrafo anterior o adicional de 32,5% referente à hora de alimentação suprimida.

Obs.: Os adicionais referentes às cláusulas oitava, nona, décima-primeira e décima-segunda serão calculados isoladamente (separadamente) incidindo sobre o salário base (ou no caso de indalubridade, sobre o salário mínimo), não podendo um adicional constituir base de cálculo para a apuração de outro.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - BENEFÍCIO ALIMENTAÇÃO

A Empresa fornecerá mensalmente aos seus empregados benefício alimentação, no valor líquido de R\$ 21,00 (vinte e um reais) por dia trabalhado (não haverá benefício alimentação para os casos de faltas de quaisquer naturezas, benefício previdenciário, afastamentos, folgas, licenças e férias dentre outras).

Parágrafo Primeiro: Os valores serão disponibilizados (preferencialmente em cartões magnéticos) até o 5º dia útil.

Parágrafo segundo: O benefício alimentação não será considerado salário *in natura*, não se incorporando, para qualquer fim, aos salários dos empregados.

Parágrafo Terceiro: Para os empregados que atuam em contratos em que o cliente oferece alimentação, os mesmos não terão direito ao benefício alimentação.

Parágrafo Quarto: Para os empregados que atuam em regime de sobreaviso, necessitando de outras refeições durante o dia, será fornecido lanche no valor de R\$ 8,00, e jantar no valor de R\$ 21,00. A empresa definirá quais áreas são necessárias outras alimentações.

Parágrafo Quinto: Trabalhadores em escala ADM e escala de 12 horas tem direito a refeição conforme caput desta cláusula, trabalhadores em regime de confinamento tem direito quatro refeições.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALE TRANSPORTE

A empresa fornecerá vale transporte para todos que deles necessitem de acordo com a legislação pertinente. O itinerário deverá ser sempre da residência para o trabalho e do trabalho para a residência, sempre deverá verificar a

opção de transporte mais em conta.

Parágrafo Primeiro: O monitoramento e a necessidade de recarga serão de competência exclusiva da empresa.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

A empresa fornecerá ao seu empregado plano de assistência médica ambulatorial (plano básico para cobertura assistencial mínima, conforme definido na legislação e regulamentação pela ANS vigentes, garantindo abrangência mínima no local de realização do trabalho).

Parágrafo Primeiro: A empresa fornecerá, sem ônus, convênio odontológico para atendimento ao seu empregado.

Parágrafo Segundo: Os empregados poderão incluir os seus dependentes no plano de assistência médica ambulatorial e odontológico, com pagamento total as suas expensas, podendo os valores correspondentes ser descontados em folha de pagamento, mediante autorização prévia e por escrito, nos termos do Enunciado de n°. 342 do Tribunal Superior do Trabalho.

Parágrafo Terceiro: A empresa fornecerá assistência médica e odontológica conforme exigido nos contratos onde os empregados estejam alocados.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SEGURO DE VIDA

A empresa deverá fornecer aos seus empregados, além do seguro contra acidente do trabalho obrigatório feito junto ao INSS, plano de seguro de vida em grupo e acidentes pessoais, sem ônus para os empregados.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - GRATIFICAÇÃO DE ASSIDUIDADE

A empresa pagará mensalmente, aos filiados ao Sindipetro-ES, a título de gratificação de assiduidade, o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) ao empregado que não registrar nenhuma falta de qualquer natureza, inclusive justificada, incluso no pagamento do referido mês.

Parágrafo Único: Não será computada falta a ausência do trabalhador que estiver em gozo de folga, com a anuência da empresa, pela utilização das horas acumuladas.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RESCISÃO

As rescisões trabalhistas de todos os empregados serão realizadas na empresa e a documentação estará disponível para o sindicato, quando solicitado.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - JORNADA DE TRABALHO

Fica estabelecida a jornada semanal de trabalho de até 44 (quarenta e quatro) horas semanais, exceto trabalhos de escala.

Fica também estabelecido o regime de trabalho por escala de jornada de trabalho:

- 07 (sete) dias trabalhados por 07 (sete) dias de descanso;

- 14(quatorze) dias trabalhados por 14(quatorze) dias de descanso;

- 12 (doze) horas trabalhadas por 36(trinta e seis) horas de descanso;

Parágrafo Primeiro: As horas extras trabalhadas serão registradas no banco de horas, mediante concessão de duas horas de descanso para cada uma hora extra trabalhada.

Parágrafo Segundo: Para o trabalho em turno administrativo (até 08 horas diárias e 40 horas semanais) serão consideradas extras e, conseqüentemente, registradas no banco de horas, aquelas que ultrapassarem a 8ª hora diária ou 40ª hora semanal, obedecidos a compensação semanal.

Parágrafo Terceiro: As horas extras não compensadas serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor normal da hora, com fulcro no artigo 59, § 1º da CLT. Nos dias de domingos, feriados, as horas extras serão remuneradas com adicional de 100%.

Parágrafo Quarto: O gozo das folgas em compensação das horas já trabalhadas em créditos ou para débito no Banco de Horas, será programada pela empresa e comunicada ao empregado, não sendo permitida a compensação em aberto, ou seja, as faltas sem acordo prévio. A comunicação de folgas ocorrerá com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas. A empresa manterá controle de horas e fornecerá, quando solicitado pelo empregado, o saldo (positivo ou negativo) existente no banco de horas. O prazo máximo para compensação das horas será de 120 dias.

Parágrafo Quinto: Ocorrendo desligamento do empregado, quer por pedido de demissão, aposentadoria ou morte, a empresa pagará juntamente com as demais verbas rescisórias, como se fossem horas extras, aplicando-se o percentual previsto no acordo coletivo em vigor firmado entre as mesmas partes. O saldo devedor de horas (a favor da empresa) será assumido por ela.

Parágrafo Sexto: As faltas de trabalho, sem motivo justificado, serão descontadas de acordo com o previsto na legislação.

Parágrafo Sétimo: Horas em treinamento, cursos e palestras, realizado no período de folga ou descanso, serão pagas como horas extras normais de trabalho.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR EXAMES MÉDICOS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - EXAME DEMISSIONAL

O exame médico demissional será realizado atendendo o previsto no subitem 7.4.3.5 da Portaria MTb nº 1.031 de 06/12/2018 e os subitens 7.4.3.5.1 e 7.4.3.5.2 da Portaria SSST nº 8 de 05/06/1996 (alterações da NR-7).

RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - ACESSO DO SINDICATO A EMPRESA

A empresa garantirá livre acesso as suas dependências à diretoria do sindicato, mediante solicitação prévia fundamentada, aprovada, agendada e mediante acompanhamento do representante legal da empresa.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

A EMPRESA fica obrigada a descontar da folha de pagamento dos seus empregados, desde que por eles devidamente autorizados, as contribuições devidas ao sindicato, conforme regulamenta o Artigo 578 da CLT, as importâncias aprovadas na Assembleia Geral do SINDICATO, nos termos do disposto nos incisos IV e V do artigo 8º da Constituição da República, para suprir os custos com despesas relacionadas à presente negociação coletiva e manutenção da entidade sindical laboral, a ser descontado mensalmente, dos salários dos trabalhadores sindicalizados, o valor equivalente a 1% (um por cento), do líquido mensal e repassados para o SINDIPETRO-ES, a título de fortalecimento e contribuição sindical dos trabalhadores.

Parágrafo Primeiro - A EMPRESA fica obrigada a recolher de todos os trabalhadores não sindicalizados, desde que autorizados pelos mesmos, de forma antecedente ao primeiro pagamento após a assinatura da presente ACT, em patamares de 1% (um por cento), do salário líquido mensal, conforme aprovado em assembleia, nos meses de ABRIL, MAIO E JUNHO /2020 e repassados para o SINDIPETRO-ES, a título de contribuição assistencial.

Parágrafo Segundo - O recolhimento à entidade sindical beneficiará do importe descontado deverá ser feito até o décimo quinto dia do mês subsequente ao referido desconto.

Parágrafo Terceiro - Fica garantido o direito de oposição dos discordantes até 30 dias antecedentes ao previsto no Parágrafo Segundo desta Cláusula, mediante documento por estes firmados, dirigido ao SINDICATO, e este encaminhará ofício para a EMPRESA.

DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO COMPETENTE

A Justiça do Trabalho será competente para dirimir e julgar toda e qualquer dúvida ou pendência resultante do cumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho, inclusive quanto a sua aplicação, podendo se valer de mediação (pelo MPT ou MTE).

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO CUMPRIMENTO DO ACORDO

As partes signatárias do presente instrumento se comprometeram a observar e cumprir os dispositivos e normas pactuadas no presente Acordo Coletivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - VIGÊNCIA DAS CLÁUSULAS

As cláusulas econômicas terão validade de 01 (um) ano, quando serão negociadas em 1º de Abril de 2020.

RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - REVISÃO, RENÚNCIA OU REVOGAÇÃO DO INSTRUMENTO

A revisão, renúncia ou revogação, parcial ou total do presente Acordo Coletivo será em conformidade com o artigo 615 da CLT.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

As condições mais vantajosas praticadas pela empresa prevalecerão sobre o presente Acordo e passarão a integrá-lo.

São Mateus-ES, 01 de Fevereiro de 2020.

**REINALDO ALVES DE OLIVEIRA
MEMBRO DE DIRETORIA COLEGIADA
SINDICATO DOS PETROLEIROS DO ESPIRITO SANTO**

**ROBERTO BARBOSA
DIRETOR
IMPAKTUS ENGENHARIA, CONSULTORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA**

ANEXOS ANEXO I - ATA DA ASSEMBLEIA

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - LISTA DE PRESENÇA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.